

Editoras universitárias: um caminho para a formação leitora e transformação social

Rita Virginia Argollo¹

Resumo

O Brasil apresenta sistematicamente baixos índices de leitura ao tempo em que sua população comporta altos níveis de evasão escolar. Por entender que leitura, escrita e educação estão imbricadas e a reversão desse quadro requer políticas que visem acesso a minorias, a discussão proposta nesse texto passa pela análise de dados de pesquisas recentes, pela percepção de quem constitui essa população excluída e dos interesses subliminares desse contexto. O objetivo é propor uma reflexão que inclua editoras universitárias como agentes desse movimento a partir do exemplo da *Editus* – Editora da UESC, *Universidade Estadual de Santa Cruz*, em Ilhéus, Bahia. O estudo tem como suporte teórico autores como Freire (1996) e Fischer (2006), além de Puncher (2019), e mostra como é possível implementar ações que tenham o livro e a leitura estruturados como caminho para apropriação de conhecimentos e saberes, ampliação de consciência e transformação social.

Palavras-chave: editora universitária; leitura; formação de leitores; transformação social; livro.

Introdução

Falar de leitura é certamente buscar compreender de maneira mais ampla o contexto social, político e econômico em que vive a população brasileira, pensando para além de páginas impressas ou de uma tela de algum dispositivo que

1 Graduada em Jornalismo, pela Universidade Federal da Bahia; especialização em História Regional, pela Universidade Estadual de Santa Cruz; mestrado e doutorado em Educação pela UFBA, integrando a linha de pesquisa Currículo e (In)Formação, no GEC - Grupo de Pesquisas sobre Educação, Comunicação e Tecnologias. Diretora Regional da ABEU-Nordeste (2015-2019) e atual Presidente da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

disponibilize um texto – entendendo aqui texto nas suas mais variadas formas de expressão, envolvendo palavras, imagens, sons... Desse modo, o panorama atual em debate não se distancia de um desenho histórico secular, tampouco pode ser compreendido ou combatido sem que se olhe atentamente para o cenário em que essas pessoas estão inseridas, buscando, de fato, um entendimento e reflexão apurados, com a intenção de propor caminhos que possam livrar essa parcela populacional dessas amarras.

Portanto, a proposta apresentada nesta análise visa oferecer elementos para que se reflita acerca das circunstâncias atuais, pontuando inicialmente dados que possibilitem entender a cena contemporânea em torno do acesso à leitura no Brasil e sua relação com o campo da educação. Posteriormente, a partir da experiência de editoras universitárias, a tentativa é apontar caminhos possíveis para um futuro que possa ser desenhado de modo a entender valores como alteridade, colaboração, equidade entre os seres humanos, dentre outros tantos desafios, e todos eles entrelaçados com vistas a dirimir as mazelas sociais que permeiam a vida de grande parte dessa sociedade.

Quem lê, o que lê, por que lê?

Pensar em quem lê é trazer para o debate o perfil daquelas pessoas que em algum sentido estão distanciadas de uma possível relação livro-leitor e o que esse afastamento pode significar. A tentativa de entendimento do que passa pelas mãos daqueles que são privilegiados pelo acesso ou que conseguem suplantar barreiras sociais impostas permite que se traga elementos que levem ao entendimento dos conteúdos que corroboram para uma determinada conformação social. E, finalmente, propor uma análise sobre as razões que levam os indivíduos à leitura pode possibilitar, a partir do entendimento dessas motivações, perceber possíveis causas de exclusão.

Assim, um dos recursos que têm se mostrado como referência para se avaliar esse seguimento ao longo dos últimos anos é a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*², realizada a cada quatro anos pelo Instituto Pró-livro, cuja 5ª edição foi divulgada em setembro de 2020 e traz dados coletados em 2019. Os números ainda são alarmantes, no entanto, infelizmente, não se apresentam desconectados da realidade.

2 Ver Instituto Pró-Livro (2020)

Os baixos índices de leitura são uma constante. O levantamento mostra que o Brasil perdeu 4,6 milhões de leitores, entre os anos de 2015 e 2019. Dos entrevistados, apenas 52% têm o hábito de ler – um quantitativo 4% menor do que o obtido na edição anterior, de 2015. O maior índice de leitores está concentrado na faixa etária de 11 a 13 anos de idade, que apareceu em 2015 representando 84% dos ouvidos e agora apresenta uma queda, chegando a 81%.

Uma vez que a *Retratos da Leitura*, para análise, considera leitora a pessoa que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses, a quantidade de títulos lidos se mantém relativamente estável desde a primeira edição, em 2007. Naquele ano, o resultado indicava que entre os entrevistados considerados leitores a média era de 4,7 títulos lidos anualmente. Na 5ª edição, chega-se a cinco títulos, sendo 2,4 inteiros e 2,5 em partes. Entretanto, é necessário focar nessa estabilidade como um ponto negativo que não foi sanado e mais: leitor pode ser também aquele que não leu nem um livro completo. Além disso, entre os gêneros que as pessoas mais gostam de ler, continua sendo a Bíblia como o mais citado, seguido de contos e religiosos.

Ainda na referida pesquisa, encontramos dados que apontam para o fato de que mulheres leram mais que homens e brancos leram mais que pretos e pardos. Outro elemento que vale ser destacado é que entre os 15 autores mais citados pelos entrevistados, apenas três são mulheres: Clarice Lispector, JK Rowling e Agatha Christie. Encontram-se, então, pistas para que se perceba de modo mais apurado como a desigualdade de gênero vem sendo construída de modo amplo na sociedade.

Uma vez que não se tem acesso a publicações de autoras, não se lê o que elas produzem, dificilmente será reconhecido o valor do seu papel, a sua legitimidade para ocupar lugares historicamente designados a homens, cânones e com visão eurocêntrica. Mais que isso, para além de não ver esses ambientes ocupados por mulheres e, indiretamente dizendo para leitores e leitoras que, de fato, aquele espaço não pertence ao feminino, conforma-se uma geração – ou gerações – de leitores cujo olhar de mundo forjado pela literatura não necessariamente reflete o que se vive.

No que se refere ainda à *Retratos da Leitura*, outro aspecto relevante diz respeito às principais razões que levam as pessoas à leitura: gosto, com 26%; crescimento pessoal, com 17%; distração, com 14%; atualização cultural, com 13%; exigência escolar, com 4% e atualização pessoal, 4%. Logo, vale questionar: quem são essas pessoas que podem se dedicar ao crescimento pessoal, à atualização

cultural e pessoal? Por outro lado, entre o público que compôs a amostra, 82% gostariam de ler mais e 47% afirmaram não ler por falta de tempo.

Esses dados se complementam com os que trazem as razões que levam as pessoas a ler, sendo a mais citada o fato de que a leitura traz conhecimento. Entre outras justificativas, estão: a leitura como possibilidade de aprender a viver melhor, como uma atividade interessante, como caminho para atualização e crescimento profissional. Ainda que tenham aparecido respostas que consideram a leitura como uma atividade cansativa, que ocupa muito tempo e que só lê porque é obrigado, é evidente o reconhecimento do ato de ler como sendo um fator positivo para a vida, com adjetivos como prazeroso, facilitador da aprendizagem escolar e auxiliar para se “vencer na vida”.

Ao tentar encontrar indicadores da relação leitura-educação, é possível perceber que 39% dos entrevistados estão estudando, contra 61% que não estão estudando; ademais, a pesquisa mostra que a maior influência para que o indivíduo leia vem dos professores. Recorremos, com isso, ao educador Paulo Freire, que sempre defendeu o acesso à educação e o combate às desigualdades sociais, reforçando o papel fundamental que o professor ocupa na mediação desse processo que conduz à formação de sujeitos autônomos e socialmente implicados.

Um outro ponto que me parece interessante sublinhar, característico de uma visão crítica da educação, portanto da alfabetização, é o da necessidade que temos, educadoras e educadores, de viver, na prática, o reconhecimento óbvio de que nenhum de nós está só no mundo. Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 1994, pág. 60).

Entende-se, assim, que a luta pela leitura é também uma luta pela educação, que livro e educação estão interligados e que decorre dessa associação outro elemento que é a escrita. Nessa perspectiva é que se recorre a outra pesquisa, essa mais específica sobre o perfil educacional. A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua, módulo educação 2019*³, que aponta para mais de 11 milhões de analfabetos no Brasil.

O mesmo levantamento indica que mais da metade das pessoas com 25 anos ou acima não completaram o Ensino Médio, por terem abandonado a escola ou por nunca terem frequentado uma instituição escolar. Mais uma vez, torna-se importante ressaltar variáveis como classe social, raça e gênero: dos estudantes que foram entrevistados, 71,7% dos que deixaram de estudar sem completar o

3 Ver IBGE (2019)

Ensino Médio são pretos e pardos. Também nessa direção, nota-se que na passagem do Ensino Fundamental para o Médio esse abandono se intensifica. A pesquisa em questão mostra que entre os principais motivos estão a necessidade que esses jovens têm de trabalhar e a falta de interesse que reconhecem ter pelo ambiente escolar e seus processos educativos. Entre as mulheres, as principais causas de abandono são gravidez e necessidade de se dedicar aos afazeres domésticos. Outro levantamento reforça o que vem sendo delineado até aqui:

A exclusão escolar afeta, principalmente, crianças e adolescentes das camadas mais vulneráveis da população, já sem outros direitos respeitados. São, em sua maioria, pobres, negros, indígenas e quilombolas. Muitos deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar; outros têm algum tipo de deficiência. Grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no Semiárido, na Amazônia e nas zonas rurais. Muitos já passaram pela escola, mas não tiveram as oportunidades necessárias para aprender, foram sendo reprovados até que deixaram a sala de aula. Ou foram vítimas de *bullying*, preconceito, violência, e não conseguiram continuar (UNICEF, 2020).

Os dados trazidos pelo *Fundo das Nações Unidas para a Infância* (UNICEF) corroboram com os números da PNAD *Contínua Educação* na direção de evidenciar a exclusão social como realidade brasileira, em que sistemas são criados para beneficiar elites em detrimento de camadas da população que se situam às margens das condições mínimas para uma sobrevivência que respeite a dignidade da pessoa humana. É evidente que as estruturas e a qualidade da educação ofertada por muitas escolas no país já se constituía como um agravante para os abismos sociais mesmo antes da pandemia provocada pela Covid-19 no início de 2020. O alerta da UNICEF apresentado acima data de janeiro desse ano, sendo anterior à chegada/identificação do coronavírus ao país.

Aponta para a mesma questão, o IV *Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil* (2020)⁴, trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, composto por cerca de 50 entidades de todas as regiões do Brasil. Agenda 2030 é considerada um plano de ação “para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”⁵ e foi pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a *Organização das Nações Unidas* (ONU). O GT tem como objetivo acompanhar a execução dos

4 Ver Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2020).

5 Ver Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2015).

17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que integram a Agenda. Um desses ODS diz respeito à meta que envolve pessoas, e propõe “Acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável”. Contudo, trata-se de mais um dos campos em que as evidências direcionam para o reforço do abismo social:

Com a elevação do desemprego e do subemprego, ampliados acentuadamente com a pandemia, não são factíveis as possibilidades de chegar a 2030 assegurando o cumprimento da meta, a menos que haja mudanças substanciais na dinâmica econômica e no modelo de organização da economia e da produção, reposicionando o papel do Estado na garantia de acesso a direitos sociais e trabalhistas, na consecução da justiça tributária e no fortalecimento dos serviços públicos, o que pressupõe o enfrentamento às desigualdades socioambientais, raciais, de gênero, etária e regionais (RELATÓRIO LUZ, pág. 10).

Diante dos baixos índices de leitura no país e das nuances que envolvem esse cenário, como é possível ser conferido mesmo que parcialmente a partir dos dados trazidos até aqui, pode-se afirmar com tranquilidade que ser inserido na categoria de leitor no país não tem sido uma questão de escolha, tampouco ter discernimento crítico para poder escolher o que ler, bem como para entender a força que o conhecimento que pode ser acessado por meio da leitura é capaz de provocar mudanças sociais estruturais.

Livro e transformação social

A princípio, é possível atribuir ao livro dois fenômenos primordiais de ação sobre os sujeitos que o acessam. Primeiro, o poder lúdico intrínseco à produção literária, principalmente aquela voltada para a literatura, poesias, artes de um modo geral. Seria essa capacidade fundamental de transpor barreiras, de conduzir o leitor, por meio de suas diversas narrativas, a outros espaços, lugares, histórias, personagens, um universo que faz conexão com o transcendente e alimenta a alma humana. Tem-se, portanto, o livro como dispositivo, fio condutor, que conecta o indivíduo com sua imaginação e o resgata momentaneamente da realidade, muitas vezes dura, cruel.

Por outro lado, sem entrar em oposição a essa primeira premissa, o livro tem a potencialidade de permitir ao leitor a apropriação de conhecimentos e saberes. Não só no que diz respeito ao que é posto em ambientes de ensino-aprendizagem formal, mas também em espaços informais e não-formais. O livro também

carrega consigo resultados de estudos, pesquisas, investigações, vivências que podem ser percebidos como a chave para solucionar problemas políticos, econômicos, sociais.

À medida que o sujeito entra sistematicamente em contato com esses potenciais, ele vai compreendendo como decodificar essa linguagem, se apropriar dela, fazer conexões com a sua própria realidade, acionar seus pares e entender que aquele elemento que carrega consigo, seja impresso ou digital, tem um gigantesco potencial como catalizador de transformações sociais.

No entanto, é fundamental que se compreenda que o processo de formação de leitores é lento, contínuo e de aproximação. Por ser entendido como processo, requer dedicação, investimento por meio de políticas públicas, ações contínuas e efetivas. Para que um indivíduo se constitua como leitor é necessário mediação, educação, e isso passa por um forte componente cultural, social e econômico.

Cabe acrescentar nessa discussão que ler e escrever estão intrinsecamente associados. Assim, a apropriação da leitura está diretamente associada à apropriação da escrita. Portanto, entende-se que quanto menos leitores temos, menor será o círculo de escritores. Consequentemente, às questões “quem lê”, “o que lê” e “por que lê”, vale adicionar também se “quem lê se vê no que lê”.

A discussão perpassa por construção de identidade, por viabilizar uma sociedade em que haja uma polifonia, multiplicidade de vozes, no sentido da palavra como poder, como instrumento de liberação ou de domínio social. Se Fischer diz que a “pessoa é aquilo que ela lê e aquilo que a pessoa lê é o que ela é” (FISCHER, 2006, pág. 314), é pertinente refletir quem são os autores que são lidos por determinado grupo e se esse grupo se reconhece naquilo que lê. A leitura provê ao indivíduo a formação de repertório, ampliação de consciência e visão de mundo. Se, como dito, só se tem acesso aos chamados cânones, a um olhar eurocêntrico, a tendência é a conformação a partir dessa perspectiva, que ao invés de libertadora pode corroborar com a manutenção dos papéis sociais historicamente estabelecidos.

Fernandez, Machado e Rosa (2018) reforçam que a formação de leitores envolve diferentes dimensões trabalhadas por meio práticas de leitura constantes que eles analisam a partir de experiências em bibliotecas comunitárias. Para as referidas autoras, essas dimensões se expressam no letramento literário quando o público passa a interagir mais livremente nas ações mediadas, nas diversas atividades literárias propostas, bem como na aquisição de vocabulário específico.

Ainda de acordo com Fernandez, Machado e Rosa (2018), o processo que visa favorecer o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita por novos

sujeitos necessita compreender que a apropriação de textos envolve a construção de sentidos e o desenvolvimento de autonomia, pensando que a atuação do mediador envolve uma metodologia dialógica por parte das bibliotecas comunitárias. Esses espaços, com base nas autoras, se constituem, portanto, um campo com potencial para corroborar para a reversão de condições de exclusão por meio do empoderamento alcançado a partir da leitura. Uma biblioteca em uma comunidade constitui-se, desse modo, um espaço político. E o livro assume assim seu valor social simbólico.

O papel de editoras universitárias

Por identificar que, bem como as bibliotecas comunitárias, as editoras universitárias podem contribuir fortemente para a reversão do cenário de desigualdades apresentado aqui, propõe-se que estas instituições ligadas a universidades e institutos de pesquisa do país possam levar em consideração nos seus planejamentos uma reflexão acerca da sociedade que se quer e também sobre o papel do livro nessa sociedade.

Alguns indícios podem ser percebidos e apontam para experiências que conduzem à construção coletiva, em cadeia, em teia, disseminando a produção científica para além dos muros institucionais. No país, essas instituições se agregam na *Associação Brasileira das Editoras Universitárias* (ABEU), que tem 33 anos e atualmente integra 129 associadas de perfis variados, vinculadas a instituições de ensino ou institutos de pesquisa públicos, privados ou comunitários e que têm, por isso mesmo, constituições variadas e nem sempre dispõem de autonomia.

Essas especificidades envolvem diversos aspectos, desde a estrutura física, por exemplo, passando por determinantes jurídicos a depender da legislação à qual está subordinada, até a constituição de equipe (tamanho, flutuação, capacitação). Desse modo, um dos exemplos de edição universitária que tem buscado seguir nessa perspectiva de ampliar suas ações em torno da cadeia produtiva do livro para além das publicações e ampliando sua atuação social é a da Editus - Editora da UESC, *Universidade Estadual de Santa Cruz*, em Ilhéus, Bahia.

Criada em 1996, a *Editus* foi levada nos últimos anos a abrigar também iniciativas que envolvam a comunidade regional em torno de atividades de leitura, debates, brincadeiras e diversas expressões artísticas que favoreçam a aproximação do leitor do potencial que um livro pode oferecer. O trabalho parte da premissa de que falar de livro é falar de dar vida ao livro, de modo que o livro se faz livro nas mãos dos leitores e a partir das suas subjetividades.

Entre os projetos que seguem nessa linha, foi implantado em 2013 o “Editus Digital”⁶, que oferece grande arte do catálogo da Editora em acesso aberto para que o público possa ler e baixar em pdf gratuitamente. Em 2014, a Editora criou o “Um Lugar pra Ler”⁷, voltado para a disponibilização de armários com livros em alguns pontos do *campus* universitário para leitura. No ano seguinte, foi lançado o projeto “No Caminho tem um Livro”⁸, que no momento está suspenso devido ao fim do convênio com a empresa de ônibus parceira, mas que tinha como objetivo disponibilizar títulos da Editora para leitura gratuita no transporte público. Esse projeto foi, inclusive, finalista do *Prêmio Retratos da Leitura*, promovido pelo Instituto Pró-Livro.

Ao avaliar a sua inserção na comunidade a qual pertence, a equipe da Editora procurou pensar sobre as implicações sociais em torno de uma editora universitária. Surgiram questionamentos como: quem lê nossos livros, nossos possíveis leitores têm acesso aos nossos livros, temos capacidade para lidar com a acessibilidade, trabalhamos para viabilizar o acesso aberto e temos pensado e trabalhado o nosso entorno?

Como resultado, surgiram duas ações. A primeira foi buscar se aproximar de escolas regionais, fomentando o contato dos escritores de livros infanto-juvenis do seu catálogo com estudantes da Educação Básica, desde a Educação Infantil. Essas conversas podiam partir da leitura que os estudantes tenham feito de alguma publicação dos autores em questão ou mesmo para um bate-papo sobre livro, leitura e vida, por exemplo.

A outra ação foi criar a *Feira Universitária do Livro* em 2013, que em 2018 contou com outros parceiros e evoluiu para a *Festa Literária de Ilhéus*, que chega a 2020 na sua terceira edição, agregando dois eventos, o *Festival Literário de Ilhéus* e a *Feira Universitária do Livro* da UESC. Desde o princípio, a *Feira do Livro* e depois a *Festa Literária* tiveram como característica agregar atividades voltadas para o livro e a leitura tendo como foco principal estudantes da Educação Básica. As primeiras edições ocorreram no *campus* da UESC e, posteriormente, foram ocupados equipamentos culturais do centro da cidade, facilitando o deslocamento desse público e viabilizando a aproximação de equipamentos culturais com os quais, muitas vezes, não há uma relação de pertencimento.

6 http://www.uesc.br/editora/index.php?item=conteudo_livros_digitais.php Acessado em 18 de nov. 2020.

7 http://www.uesc.br/editora/index.php?item=conteudo_projetos.php Acessado em 18 de nov. 2020.

8 http://www.uesc.br/editora/index.php?item=conteudo_projetos.php Acessado em 18 de nov. 2020.

Desse modo, busca-se sempre oferecer oficinas com temas e linguagens variados, entendendo a conexão com o livro nos seus diversos formatos e plataformas. Desse jeito, estudantes de escolas públicas e privadas têm a possibilidade de participar de momentos voltados para a criação de textos para *microblogs* e escrita criativa, por exemplo, até produção musical e audiovisual. Para o público infantil, são ofertadas atividades que envolvem biblioteca, com o suporte de uma unidade móvel da entidade parceira, agregando intervenções artísticas, contação de histórias, conversas com escritores... A intenção é que crianças e jovens se aproximem, criem laços, com a produção literária, fomentando o interesse por livros e tudo aquilo de positivo que ele possa representar.

Na programação são incluídas também rodas de conversa sobre temas que partem tanto da literatura quanto dos debates que permeiam a pauta contemporânea, com profissionais regionais e convidados, além de apresentações teatrais e musicais, exposição de arte, de livros artesanais e feirinha de livros com descontos, além de sorteios diversos. Esses mecanismos nem sempre são simples, porque requerem parcerias, apoios, colaboração e um trabalho para além da produção editorial, que é a atividade finalística de uma editora universitária.

No entanto, por determinação constitucional, a universidade brasileira está ancorada no tripé ensino, pesquisa e extensão: “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2016). Nesse sentido, na medida que seja viável para cada editora a depender do seu perfil e condições, é importante a implementação de ações extensionistas, voltadas para a comunidade do entorno institucional, visando a integração dos pilares universitários e, conseqüentemente, a intervenção em benefício das melhorias da comunidade por meio do acesso e da apropriação de conhecimentos.

A despeito do que os futuros historiadores encontrem, eles entenderão melhor do que nós o poder transformador de nossa atual revolução da escrita. O que podemos dizer com certeza é que a população mundial cresceu e que as taxas de alfabetização aumentaram acentuadamente, o que significa que muitíssimo mais escrita está sendo produzida por mais pessoas e publicada e lida de forma mais ampla do que nunca. Estamos à beira de uma segunda grande explosão – o mundo da escrita está prestes a mudar mais uma vez (PUCHNER, 2019, pág. 384-385).

Puchner tem razão. Mas fala a partir de um olhar que se lança para o mundo a partir da *Universidade Harvard*. O crescimento é real, mas quem integra e alcança esse processo? Essa tem sido, talvez, a grande questão a ser respondida e resolvida.

Leitura e transformação

Se o leitor se faz lendo, entre livros, papéis, plataformas e linguagens, se preparando e sendo preparado para descobrir o mundo, sem dúvida, é papel de todos os que já conseguiram acesso, atuar de modo colaborativo na tentativa de minimizar esse estado em que o país se encontra e promover as mudanças possíveis nesse panorama. O caminho vai depender das potencialidades de cada um, seja por meio de pequenos projetos ou se engajando em lutas pela implementação e manutenção de políticas públicas para o setor do livro, da leitura e das bibliotecas.

Esse objetivo transformador associa-se ao pensamento de Fischer (2006), quando afirma ser o conhecimento a finalidade da leitura:

A leitura, uma aptidão natural cumulativa, desenvolve-se e progride de modo excepcional. Cada prática resulta em aperfeiçoamento, abrindo caminho para uma experiência cada vez mais vasta. Os que têm lido com amplidão e sabedoria, os que têm dominado a palavra escrita e, assim, sua linguagem e sua cultura, desfrutam em geral de mais respeito na sociedade. Isso jamais mudará (FISCHER, 2006, pág. 312).

Como já foi dito, e agora também em concordância com Fischer, seja científica ou literária, a leitura carrega consigo um inquestionável poder social transformador. Entretanto, reforçamos a necessidade de que haja tempo – e condições! – para a gestação de um leitor. Uma vez que essa reflexão parte da defesa por equidade, por polifonia e diversidade, é preciso que cidadãos e instituições estejam empenhados em atuar pelo coletivo, pelas minorias que são historicamente excluídas dos espaços de decisão e poder por serem consideradas desprovidas de capacidade, quando na verdade não lhes foi dada oportunidade de aprendizagem, de se constituírem como sujeitos de suas próprias vidas. Mas apesar de tudo, resistem. Como disse genuinamente a ativista e poeta Maya Angelou: “Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar” (PORTAL GELEDÉS, 2018). E, levantando-se, segue. Sempre em frente.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 19 de nov. 2020.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil – 2020**. Recife, 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/> Acessado em: 17/11/2020.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **O que é a agenda 2030**. Recife, 2015. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/> Acessado em 18 de nov. 2020.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa; ROSA, Ester. **O Brasil que lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores**. Colaboração: Camila Leite, Carmen Lúcia Bandeira, Maria Helena Dubeux. Olinda : CCLF, RNBC, 2018. Disponível em: <http://cclf.org.br/project/o-brasil-que-ler-bibliotecas-comunitarias-e-resistencia-cultural-na-formacao-de-leitores/> Acessado em 11 de nov. 2020.

FISCHER, Steven R. **História da leitura**. Tradução Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1994.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios Contínua (PNAD) – Educação**. Brasília:

IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf Acessado em 18 de nov. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **A 5ª edição da Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/> Acessado em 18 de nov. 2020.

PORTAL GELEDÉS. **Maya Angelou: Ainda assim eu me levanto**. 22 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/maya-angelou-ainda-assim-eu-me-levanto/> Acessado em 17 de nov. 2020.

PUCHNER, Martin. **O mundo da escrita: como a literatura transformou a civilização**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

UNICEF. **Quase 2 milhões de crianças e adolescentes correm o risco de não voltar às aulas em 2020, alerta UNICEF**. Publicado em 21 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/quase-2-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-correm-o-risco-de-nao-voltar-as-aulas> Acessado em: 17 de nov. 2020.